



Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813), v.9, n.1 (2023).

EDITORIAL

DOI: 10.18310/2446-4813.2023v9n1.4198

Políticas de Saúde e de Ciência e Tecnologia no Brasil após a asfixia civilizatória recente: o que pode a produção e disseminação de conhecimentos para novos platôs de democracia?

Health and Science and Technology policies in Brazil after the recent civilizing asphyxiation: what can the production and dissemination of knowledge do for new plateaus of democracy?

Alcindo Antônio Ferla

E-mail: ferlaalcindo@gmail.com; ORCID: 0000-0002-9408-1504

Carlos Alberto Severo Garcia Jr.

E-mail: carlos.garcia.junior@ufsc.br; ORCID: 0000-0003-3367-4151

Frederico Viana Machado

E-mail: phredvm@gmail.com; ORCID: 0000-0002-8884-1124

Jaqueline Miotto Guarnieri

E-mail: jaquemguarnieri@gmail.com; ORCID: 0000-0002-1727-4687

Maria das Graças Alves Pereira

E-mail: mgap.acre@gmail.com; ORCID: 0000-0002-8777-3860

Ricardo Burg Ceccim

E-mail: burgceccim@gmail.com; ORCID: 0000-0003-0379-7310

Roger Flores Ceccon

E-mail: roger.ceccon@ufsc.br; ORCID: 0000-0002-0846-1376

Camila Fontana Roman

E-mail: camila.fontana.roman@gmail.com; ORCID: 0000-0003-1050-8089

Introdução

O nono ano da Revista Saúde em Redes inicia em um novo momento para as políticas públicas no Brasil e em nova etapa do ciclo civilizatório do país. Dentre tantos desafios, as políticas públicas de saúde necessitam enfrentar os efeitos do desmonte, da asfixia financeira e da inoperância técnica e política dos últimos anos, período em que uma prática discursiva do governo e de várias instituições na sociedade colocaram em cena a desvalorização da ciência e dos saberes do cuidado popular, a partir de um projeto político desvinculado de um olhar protetor ao povo brasileiro, mas com forte capilaridade em parcelas importantes da sociedade brasileira. Se é fato que há certa circularidade nas relações entre o governo e a sociedade, também é fato que a resistência democrática foi fundamental

para superarmos a crise civilizatória que minou a institucionalidade da frágil democracia brasileira. Um novo tempo parece oportunizar ao país construir novos platôs para a defesa das vidas e da produção das saúdes.

A transparência das ações governamentais e das políticas públicas é estratégica para consolidar e ampliar a retomada do processo democrático. Contudo, como foi identificado pela equipe de transição do atual governo, um diagnóstico preciso do cenário político e social se torna difícil até pela falta de registros e desatualização de bancos de dados necessários para dar respostas adequadas. Entre os exemplos, Andrade¹ recorda que, além das 700 mil mortes, a pandemia comprometeu a oferta de outros procedimentos do cuidado em saúde, levando à deterioração de diversos indicadores. O autor lembra ainda que, segundo dados levantados pela equipe de transição, “apenas 71% da população-alvo foi vacinada contra a poliomielite em 2021 - a menor cobertura desde 1995. Entre 2019 e 2021, a mortalidade materna aumentou de 55 para 110 mortes por 100.000 nascidos vivos”¹ (p.1 tradução nossa). Se no país havia um movimento anti-vacina inferior a 1% da população, hoje ganhou ares de movimento social, com manifestação de artistas e formadores de opinião².

O momento é de reconstrução das políticas de saúde, mas também das redes de produção da democracia e do cuidado no cotidiano dos territórios. O trabalho científico e a valorização dos saberes populares e ancestrais de cuidado serão aliados fundamentais dos gestores e trabalhadores. Iniciativas como a retomada e incentivo às pesquisas comprometidas com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e processos inclusivos das diversidades territoriais e humanas são fundamentais para superarmos os retrocessos recentes, mas, também, para superar impasses epistemológicos do nosso tempo. Sabemos que os maiores desafios estão no campo da política, ainda bastante turbulento, com os princípios democráticos ameaçados por setores reacionários e grupos de interesse, sempre à espreita das oportunidades de asfixiar as vidas e fagocitar recursos naturais, financeiros, simbólicos e culturais. As articulações políticas progressistas serão determinantes para vencer esta disputa e enfrentar o subfinanciamento, os interesses escusos relacionados à ganância do privado sobre o interesse público no campo da saúde e das políticas sociais, os discursos negacionistas e anti-SUS, entre diversos outros desafios de grande relevância para defender a vida e a democracia no nosso tempo.

Novos platôs de saúde e democracia à vista

O contexto é complexo, mas a superação do retrocesso dos últimos anos mobiliza iniciativas, movimentos e ideias. Não por outro motivo, o tema da 17ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para acontecer de 2 a 5 de julho de 2023, é exatamente “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã vai ser outro dia”. O tema é mais que oportuno para reafirmar a defesa do

SUS no atual contexto. Enquanto escrevemos este editorial, a maioria dos municípios brasileiros já realizaram as pré-conferências. Conferências Livres pipocam com temas de grande relevância e oportunidade em todo o território nacional, muitas delas com a participação ativa da Rede Unida, com destaque para as conferências livres de educação popular em saúde, de residências em saúde e de direitos humanos e inclusão da diversidade, além daquela relativa à educação e ao trabalho em saúde. Os estados se preparam para as conferências estaduais. As comissões do Conselho Nacional de Saúde trabalham exaustivamente para assegurar um processo intenso, denso e inclusivo até a realização da etapa nacional. Este processo de amplo alcance participativo, que reúne usuários, trabalhadores e gestores da saúde em todo Brasil, responde à diversidade do território nacional e expressa o valor da democracia e a beleza do “fazer com”.

Importante recordar que na 16ª Conferência Nacional de Saúde, membros da equipe editorial da Revista Saúde em Redes e da Coordenação da Associação Internacional Rede Unida participaram, no âmbito da Comissão de Relatoria, da proposição e desenvolvimento de uma pesquisa que buscou caracterizar a participação e os participantes da conferência. A pesquisa também buscou compreender aspectos relacionados às dinâmicas participativas locais, potencialidades e desafios dos arranjos de participação popular, entre outras questões pertinentes para conhecermos melhor as pautas e a arena do controle social em saúde³. Na 17ª Conferência Nacional de Saúde, a pesquisa terá seguimento, de modo que teremos dados possíveis para traçar comparações entre os períodos e atualizar os dados coletados na conferência anterior, o que nos ajudará, entre outras coisas, a avaliar o impacto da pandemia de covid-19 e do governo anterior. Importante destacar que esta pesquisa é realizada com uma grande equipe de assistentes voluntários de pesquisa, selecionados via edital, o que cria também um espaço formativo para jovens pós-graduandos de diferentes partes do Brasil.

Esta pesquisa está sintonizada com o crescimento do interesse de pesquisadores e gestores que apostam na participação como uma ferramenta importante para intervenção nos processos saúde-doença-cuidado e para a democratização social⁴. Definitivamente, a experiência da participação social na saúde e políticas públicas gera democracia, conhecimentos oportunos sobre os processos participativos e chama atenção para outras realidades. Não é por outro motivo que ativa redes de participação em diferentes territórios. A pesquisa não é apenas “sobre” o processo participativo associado às conferências; é, sobretudo, uma pesquisa desde esses processos, na medida em que envolve especialistas de participação também do cotidiano dos conselhos e conferências, que compartilham com especialistas acadêmicos a leitura de cenários que os dados produzidos podem apoiar.

A série editorial “Participação Social & Políticas Públicas” da Editora Rede Unida compartilha parte do conhecimento produzido, sendo mantida em uma rede de cooperação bem significativa: Conselho Nacional de Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Governo Regional da Emília-Romanha. A Rede de Cooperação Internacional sobre Participação Social em Saúde e Políticas Públicas (Rede Participação, Rete Partecipazione, Red Participación e Network Participation, nos idiomas predominantes), firmada entre o Conselho Nacional de Saúde, a Rede Unida e o Laboratório Ítalo-Brasileiro de Formação, Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva, com apoio da OPAS, em fevereiro de 2023, em Bolonha/Itália, reforça a estratégia de um esforço local/global de pessoas e instituições para a saúde e democracia. A Rede Participação compõe a ideia de que a sustentabilidade de processos locais se fortalece e se atualiza com a diversidade de contextos espalhados por outros territórios. Por isso, a Rede Unida assumiu-se entidade internacional, que conecta pontos e fortalece conexões que produzem outras saúdes, democracias mais intensas e uma educação que aprende com o cotidiano, na melhor expressão freireana.

Entretanto, como já aprendemos, sobretudo no período de asfixia dos seis últimos anos, não se pode subestimar os fascismos e totalitarismos que estão espalhados pelos territórios, produzindo genocídios de diferentes dimensões. As forças que subjagam uma vida aqui, asfixiam grupos e comunidades em outros locais e fazem a violência pandêmica logo mais adiante. A democracia precisa estar em movimento, sustentada pelas pautas progressistas de pessoas e movimentos, também pelas políticas públicas. Saudar um novo tempo do governo brasileiro também é ativar nossa sensibilidade para sustentar políticas inclusivas e libertárias, assim como nossa vigilância para que não se choque “ovos de serpentes” para os novos tempos.

A Saúde em Redes no movimento pela saúde e defesa da vida

A publicação de conhecimentos diversos, de diferentes lugares de fala e militância, de diferentes territórios e que traduzam sempre mais nossas diversidades saudáveis, seguirá sempre em movimento. Neste primeiro número do volume 9, contamos com 23 publicações, entre 14 artigos originais, dois artigos especiais, uma resenha e cinco relatos de experiência. Como de costume, essas produções abrangem as cinco regiões do Brasil e alcançam uma diversidade de temas e instituições representativas dos campos da Saúde Coletiva e do Ensino em Saúde. Essa diversidade, regional, temática e institucional, nos inspira e nos faz ter a confiança de que estamos caminhando em uma boa direção. O alimento da Saúde em Redes, assim como das séries editoriais da Editora Rede Unida, é a diversidade e a complexidade do cotidiano, que desafia o trabalho e a educação, tendo o ensino e a educação permanente em saúde como base pedagógica e de compreensão.

Nos interessa sempre mais o desenvolvimento das políticas públicas nas suas dimensões de trabalho e aprendizagem. O indicador que mais queremos para traduzir o nosso trabalho é o reconhecimento social e a expansão das autorias e do acesso às publicações. A relevância social e sanitária, além da compreensão do ensino (formal, não-formal, informal) em saúde, nos interessa mais do que rankings acadêmicos, que mobilizam nosso interesse estratégico, mas não são o centro do nosso trabalho. Desde a sua criação, a Revista Saúde em Redes buscou qualificar sua linha editorial, aprimorando o processo de edição e a excelência dos trabalhos publicados, mas, sobretudo, investir na criatividade teórica e investigativa, abrindo espaço para novos autores e para associações entre autores e enquadramentos de trabalhos que se situam na interface entre formação, investigação, extensão e intervenção. Estas associações, muitas vezes, encontram barreiras em periódicos mais tradicionais, mas são bem-vindas na Revista Saúde em Redes.

O escopo da revista, nos últimos anos, tem atraído cada vez mais trabalhos relacionados ao ensino da saúde, à educação permanente e à formação em estratégias formais e informais, sob diferentes abordagens metodológicas e recortes de pesquisa. Consideramos que a produção de pesquisas e reflexões inovadoras sobre esse tema é absolutamente emergencial e a Revista Saúde em Redes seguirá acolhendo e fomentando estes trabalhos. Esta necessidade pode ser identificada em várias frentes, tais como as transformações pelas quais passa, não apenas o ensino da saúde, mas o ensino técnico e superior como um todo, as transformações relacionadas à revolução digital e seu impacto na saúde, com o uso cada vez mais orgânico de tecnologias nas linhas do cuidado e do autocuidado, o uso da chamada “inteligência artificial” que promete alterações profundas nos processos sociais como um todo, entre outras.

As tecnologias são fonte potencial de saúde e de democracia, desde que se amplie o acesso a tal ponto que a inclusão digital alcance os diferentes grupos populacionais e que seu uso seja em benefício das pessoas. Algoritmos que controlam a sociedade, redes sociais que fragilizam a democracia, inteligência artificial subordinada aos interesses do mercado, entre outras ações associadas às chamadas *big techs* não podem ser naturalizadas e, mais do que isso, precisam urgentemente de controle público. O campo da produção científica & tecnológica e o seu compartilhamento são, frequentemente, alvos dessas ações. É preciso uma leitura crítica da expansão das tecnologias e seus usos, defesa e construção do ensino, não o capitalismo cognitivo.

Sobretudo após a pandemia, o ensino superior tem passado por transformações ainda mais agudas, cujas consequências podem ser preocupantes. O crescimento das matrículas em cursos totalmente à distância, o fortalecimento da educação superior privada em detrimento da pública, ou mesmo das universidades comunitárias e confessionais, nos alerta para a intensificação da

mercadorização da educação. Abordamos este cenário em um editorial recente, no qual identificamos alguns aspectos deste cenário que vem produzindo a mercadorização, o empobrecimento do ensino superior e a influência de projetos e narrativas estranhas ao que consideramos necessário para a construção de um país democrático⁵. O ensino em saúde pode ser bastante prejudicado por estas novas dinâmicas e isto precisa ser estudado e avaliado rigorosamente para que gestores e a classe política tenha subsídios imparciais para intervirem adequadamente.

Importante salientar que, a partir deste 9º volume, publicaremos os artigos em fluxo contínuo na medida em que forem aprovados, encerrando o quadrimestre com um editorial e abrindo outro número. Isto trará mais agilidade ao nosso processo editorial, nos aproximando de novas práticas editoriais, como as pré-publicações (*pre-print*), que permitem a socialização e a discussão do conteúdo de um artigo pelos pares durante a sua avaliação. Ainda não implementamos este sistema, mas é uma estratégia editorial que estamos discutindo.

Este ano nossa equipe editorial passou por algumas alterações. Renata Riffel Bitencourt, que durante três anos ocupou com excelência a secretaria da Revista Saúde em Redes, encerrou seu trabalho conosco e foi sucedida por Camila Fontana Roman. Agradecemos à Renata por este período conosco e damos as boas-vindas à Camila. Além disso, passamos a contar com novos editores associados: Roger Flores Ceccon, enfermeiro, mestre e doutor em enfermagem, pós-doutor em Saúde Coletiva e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Virgínia de Menezes Portes, sanitarista, especialista em Gestão em Saúde, mestre em Saúde Coletiva e doutoranda em Saúde Coletiva pela UFSC; Stephany Yolanda Ril, assistente social, especialista em saúde com ênfase em saúde da mulher e da criança, mestre em Saúde Pública e doutoranda em Saúde Coletiva pela UFSC; Carlos Alberto Severo Garcia Júnior, psicólogo, especialista em saúde mental, mestre em educação, doutor em ciências humanas, pós-doutor em Saúde Coletiva e professor adjunto da UFSC; e João Batista de Oliveira Junior, educador físico, especialista em Atenção Básica/Saúde da Família, mestre em Saúde Pública e doutorando em Saúde Coletiva pela UFSC. Nosso agradecimento imenso aos editores associados, que fazem um trabalho vital para a agilidade e atualidade da editoria. A renovação é vital para manter a energia acesa, que o trabalho editorial colaborativo também sobrecarrega, sobretudo quando as atividades laborais regulares são extenuantes.

Nossa produção editorial segue em ritmo intenso. Ao longo desses primeiros quatro meses de 2023, a Editora Rede Unida publicou 12 novos livros, todos com acesso gratuito, e novas parcerias foram firmadas. Já para a Revista Saúde em Redes, recebemos somente esse ano 101 submissões. Buscando agregar ainda mais qualidade e agilizar o processo editorial, novos editores se somaram e foram revisitadas as diretrizes para autores, a fim de orientar e alinhar todas as etapas (editores,

avaliadores e autores). Foram pactuados os critérios e os fluxos, incluindo como primeira etapa para avaliação dos manuscritos a verificação de similaridades, bem como a adequação aos *templates* disponibilizados.

Neste volume, entre os artigos originais, percebe-se a diversidade de temáticas, transitando entre o acesso aos serviços de saúde e os impactos do trabalho nas instituições de atenção e formação, além do destaque a cinco artigos tratando diretamente sobre a covid-19 e três artigos relacionados à saúde bucal.

O manuscrito “O trabalho interprofissional na Atenção Primária à Saúde na pandemia de covid-19” procura conhecer a percepção dos profissionais das equipes interprofissionais em saúde acerca do trabalho interprofissional desenvolvido e as estratégias adotadas na APS durante o período pandêmico. O manuscrito “Ansiedade na pandemia: um estudo sobre os impactos na saúde mental durante o contágio de covid-19 no Brasil” investigou os sintomas de ansiedade decorrentes do distanciamento social e seus impactos sobre a população brasileira durante a pandemia de covid-19.

O manuscrito “Implantação de serviço estadual de teleassistência: estratégia de resposta na pandemia da covid-19” apresentou o serviço de teleassistência implantado no estado de Pernambuco/Brasil, como estratégia de enfrentamento à nova enfermidade. O manuscrito “Impactos das condições de trabalho no processo saúde-doença dos trabalhadores do SUS” tratou da identificação dos impactos das condições de trabalho no processo saúde-doença dos trabalhadores da Atenção Primária à Saúde, tendo a pandemia de covid-19 como pano de fundo para o aprofundamento da precarização das condições de trabalho.

O manuscrito “O perfil discente e desempenho acadêmico de universitários em tempos de pandemia covid-19” teve como objetivo avaliar o perfil e o desempenho de acadêmicos de cursos da área da saúde em tempos de emergência sanitária em uma Universidade pública localizada no interior da Amazônia. O manuscrito “Gestão Federal e o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus no Brasil: o que a mídia jornalística tem a dizer?” teve como objetivo responder ao modo como a mídia jornalística digital veiculou notícias sobre a gestão federal no que se refere ao enfrentamento da pandemia de covid-19, em um jornal de grande circulação do Brasil.

O artigo “Percepção de pessoas com sofrimento psíquico relacionado ao uso de drogas sobre o desenho temático em arteterapia com sua história de vida” teve como objetivo compreender, na percepção da pessoa em sofrimento psíquico relacionado ao uso de drogas, a relação do desenho da ponte com sua história de vida e seu processo de adoecimento, assim como conhecer o perfil desses participantes. O manuscrito “Desafios e potencialidades para a estruturação e o funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde de Porto Alegre” identificou a presença, bem como formas de atuação e

funcionamento dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) da cidade de Porto Alegre, visto o seu fomento como meta de gestão neste município, incluída por iniciativa do Conselho Municipal de Saúde.

O texto “Competências para a formação do médico generalista: perspectiva do aluno e do preceptor da Atenção Primária à Saúde” analisou a aquisição de competências para a formação generalista previstas no Programa de Estágio Supervisionado em Atenção Primária à Saúde (PESAP) do curso de medicina de uma Universidade privada, na perspectiva dos alunos e preceptores. Considerou-se que, embora a maioria das competências previstas no PESAP fossem adquiridas de forma satisfatória, a classificação final foi parcialmente satisfatória. O artigo “Perfil do absenteísmo dos servidores públicos de um município do Extremo Sul Catarinense” teve como objetivo verificar o perfil do absenteísmo dos servidores públicos de um município do extremo sul catarinense. O manuscrito “Vigilância do Óbito Materno nas Fronteiras Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai: cidadania e direito à saúde em tensão” objetivou compreender a percepção dos profissionais de saúde quanto à investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil e maternos ocorridos em brasileiras e estrangeiras e a atuação dos Comitês de Mortalidade Materna.

O artigo “Identificação de competências em Saúde Bucal Coletiva na graduação pelo consenso entre docentes de Instituições de Ensino Superior brasileiras” teve como objetivo identificar competências em Saúde Bucal Coletiva a serem desenvolvidas na graduação pelo consenso entre docentes de Instituições de Ensino Superior brasileiras. O manuscrito “Ansiedade infantil, família e profissionais de saúde bucal: vivências em odontologia” refletiu sobre o ensino odontológico e a formação do cirurgião-dentista, discutindo os principais fatores relacionados à ansiedade da criança frente ao ambiente odontológico e, assim, reposicionar o profissional na relação com os usuários de serviços de saúde. Já o texto intitulado “David Capistrano Costa Filho: uma narrativa no Campo da Saúde e Educação” tratou de pesquisa de abordagem narrativa sobre a trajetória do político e médico sanitário brasileiro, com ênfase em suas contribuições à Saúde Coletiva, com o objetivo de explicitar a atualidade de seus pressupostos e partilhar um recurso metodológico no ensino em saúde estimulando novas gerações para o contato com narrativa biográfica inspiradora.

Além dos artigos originais, a “Resenha sobre o e-Book APS Forte no SUS - no combate à pandemia de covid-19” e os artigos especiais “Amazônia Quilombola: cenário, produção e práticas de saúde” e “A covid-19 não é democrática: determinação social do processo saúde-doença numa análise de gênero-raça-classe-sexualidade” compuseram o número. Relatos de experiência enriqueceram ainda mais a publicação, com os títulos “Atuação multiprofissional na Atenção Básica em tempos de pandemia: relato de experiência”, “Consultório de enfermagem no Centro POP: uma experiência inovadora em parceria com o Consultório na Rua”, “Covid-19 e a assistência multiprofissional às

peças com síndrome gripal: relato de experiência de Residentes Multiprofissionais em Atenção Básica”, “Vamos brincar em casa? Orientações a comunidade sobre formas de estimular bebês no primeiro ano de vida” e “Relato de experiência do Coletivo de Residentes do Programa de Gestão em Saúde: a importância de espaços coletivos na formação em serviço”.

Finalizando...

O cenário atual é esperançador e desafiador. Garantir práticas editoriais saudáveis e responsáveis é um enorme desafio. Cada vez mais, o risco de más práticas editoriais nos mobiliza. A prevenção do plágio, infelizmente algo frequente na comunidade científica mundial, nos fez testar sempre as diferentes versões dos originais apresentados. Aumenta o trabalho editorial, mas é preciso avaliar esse aspecto e, também, falarmos sobre isso. Temos resistido às práticas predatórias, inclusive a monetização da disseminação científica, que seleciona e prioriza em função da sustentabilidade (se não a lucratividade no capitalismo cognitivo) financeira. A Saúde em Redes mantém a gratuidade da publicação de artigos. As contribuições financeiras, no formato de doação, sempre necessárias a empreitadas solidárias, seguem dissociadas do fluxo editorial. Agradecemos muito as doações que vimos recebendo e reiteramos o convite ao financiamento solidário. As doações ainda são insuficientes para a manutenção das publicações. Pedimos, portanto que contribuam e nos ajudem a divulgar a campanha de financiamento e o trabalho da Revista Saúde em Redes como um todo.

A política editorial da Editora, assim como a agenda estratégica da Rede Unida, está associada ao fortalecimento do sistema brasileiro e mundial de ciência, tecnologia e inovação, onde a pesquisa científica, o ensino de qualidade, a função social das universidades e a autonomia pedagógica são características fundamentais. O ciclo de constrangimentos e perseguições às universidades públicas, aos docentes e pesquisadores comprometidos com o avanço da qualidade da vida de todas as pessoas, aos técnicos e servidores administrativos – sejam eles feitos pela maquinaria da justiça ou por redes de denúncia caluniosa internas, sustentadas na inveja e na competição desleal – precisam ser superados com o reforço às instituições e proteção dos seus atores, assim como com “comissões da verdade” atualizadas não apenas para crimes da ditadura militar, mas para os fascismos que mobilizaram operações fantásticas no tempo recente⁶.

É necessário um processo cultural e pedagógico que recoloca nas instituições de ensino e pesquisa a liberdade para avançar na contribuição singular que têm na produção da democracia, com avanços no *quadripé* ensino/pesquisa/extensão/inovação, com a retomada da democratização nas dinâmicas internas, desburocratizando fluxos e o pensamento, com o reforço da conexão da produção acadêmica com as políticas públicas e os movimentos sociais, com a produção de relações solidárias e

construtivas e, particularmente, no reforço à indignação individual e coletiva com o constrangimento de intervenções governamentais, policiais, midiáticas ou de autoridades designadas sem a legitimidade da expressão das opiniões dos seus atores do cotidiano.

O constrangimento à democracia e à autonomia institucional e pedagógica do sistema público de ensino e da docência, sustentado em argumentos de toda ordem, alvejou o exercício da função social e o esgotamento da ciência. É preciso um processo social forte para enfrentar as imagens falsamente sustentadas em denúncias caluniosas, no desconhecimento da dinâmica institucional do sistema de ciência e tecnologia e à cultura do justicialismo vigente, onde os personagens construídos facilmente pela mídia e pelas redes sociais, tomam o lugar de pessoas com produção e compromissos institucionais inquestionáveis. A homenagem que o Presidente Lula fez ao reitor Luiz Carlos Cancellier^{7,8}, da Universidade Federal de Santa Catarina, por ocasião do encontro com dirigentes do sistema educacional brasileiro, já nos primeiros dias do seu governo, necessita de aprofundamento no interior das iniciativas do Ministério da Educação e do governo federal. O fato do Presidente lembrar o professor e reitor, que, constrangido por uma operação política midiática e justicialista, abreviou a própria vida e as contribuições à ciência e à tecnologia, por conseguinte à democracia, foi fundamental.

Agora se impõe que iniciativas governamentais construam a superação das situações que, produzidas em série durante a crise da institucionalidade democrática que vivemos, chamem para a produção da justiça real, devolvendo às instituições a autonomia e aos sujeitos alvejados pela operação política a história e o reconhecimento aos seus percursos. Não há dúvidas que rever as nomeações de reitores e reitoras que não traduzem os processos democráticos internos das instituições de ensino e pesquisa é um passo largo nessa direção.

Por fim, esperamos que os artigos que compõem este volume da Revista Saúde em Redes destaquem construção cotidiana de um SUS solidário, cuja ética garanta o pensamento crítico e o cuidado integral às populações em sua diversidade. Ainda, que os ventos das mudanças políticas que sopram no Brasil contribuam para a correção dos rumos das políticas públicas de saúde e para a mobilização social necessária para a garantia da participação popular. Estamos irradiando os melhores votos aos governantes, com o lembrete que o Estado Brasileiro é laico, tem a missão de produzir saúde, democracia, educação, justiça social e assegurar a todas as pessoas a liberdade e os direitos fundamentais. Nossos votos não reduzem nossa vigilância e nossa intransigência no percurso de ampliar nossa democracia.

Boa leitura!

Referências

1. Andrade RO. Brazil's struggle to reconstruct healthcare post-Bolsonaro. *BMJ*. 2023; 381:805 doi:10.1136/bmj.p805
2. Maciel E/TV Fórum. [Vídeo], Movimento antivacina sempre foi irrisório e virou um monstro. 22 de abril de 2023 [citado em 28 de abril de 2023]; [16 min., 53 seg]. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/ow1tbafjE7U>
3. Ferla AA, Castro APB, Duarte ERM, Araujo FRO, Silva FV, Machado FV, et al. Perfil dos participantes. In: Araújo FR, Castro APB, Silva EB, Melecchi DR, Both V, Ferla AA, organizadores. 16ª Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final. 1 ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2022, v. 1. p. 72-115.
4. Machado FV, Rech CM, Pinto RS, Romão WM, Matias MMM, de Freitas GC, et al. Participação em saúde nas Américas: mapeamento bibliométrico da produção, impacto, visibilidade e colaboração. *Cien Saude Colet*. 2023, Feb;28(2):487–500. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023282.11412022>
5. Ferla AA, Machado FV, Bueno D, Bitencourt RR. A Crise no Ensino brasileiro e as possibilidades para transformação desta realidade. *Saúde Redes*. 2022;8(2). Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8n2p01-05>
6. Wandelli R. Multiplicam-se no país manifestações em repúdio ao ataque às universidades. 07 dez. 2017. *Jornalistas Livres*. Disponível em *Jornalistas Livres*: <https://jornalistaslivres.org/multiplicam-se-no-no-pais-manifestacoes-em-repudio-ao-ataque-as-universidades/>. Acesso em 09 de maio de 2023.
7. Faermann P/TV GGN. “Levaram o Reitor” | Documentário sobre o caso Cancellier | TVGGN. 13 de dezembro de 2021 [citado em 08 de maio de 2023]; [1h., 16 min., 1 seg]. YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/6GOgdEpKUp4>.
8. Markun P. Recurso Final: A Investigação da Polícia Federal que levou ao suicídio de um reitor em Santa Catarina. São Paulo: Objetiva, 2021.

Como citar: Ferla AA, Garcia Jr. CAS, Machado FV, Guarnieri JM, Pereira MGA, Ceccim RB, et al. Políticas de Saúde e de Ciência e Tecnologia no Brasil após a asfixia civilizatória recente: o que pode a produção e disseminação de conhecimentos para novos platôs de democracia? *Saúde em Redes*. 2023;9(1). DOI: 10.18310/2446-4813.2023v9n1.4198

Submissão: 14/05/2023

Aceite: 14/05/2023